



Justiça Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 18 de abril de 2016

Referência: Pregão Eletrônico nº 03/2016 – Processo nº 3875-17.2015.4.01.8009

Valéria Gomes dos Santos

Executiva de Negócios do Gov. Federal

OI S/A

Prezada Senhora,

Em atenção à impugnação apresentada tempestivamente por esta empresa, o Pregoeiro, analisando detidamente as alegações apresentadas, DECIDIU acatar parcialmente a presente petição pelas razões abaixo:

Item 1 – Vedação à participação de licitantes em regime de consórcio

É do interesse da Administração que o maior número de empresas participem do certame e entende que o consórcio deve ser permitido, logo o item 3.6 do edital deve ser no sentido afirmativo, isto é, permitindo consórcio.

Para isso, será inserido o seguinte item:

No caso de participação de consórcios, deverão ser atendidas pelas consorciadas as condições do art. 33 da Lei nº. 8.666/93 que se mostrem aplicáveis ao caso, as quais serão requeridas e verificadas pelo Pregoeiro no momento oportuno do processamento de cada fase da licitação.

Item 2 – Da exigência de regularidade trabalhista como requisito de habilitação aplicável às contratações empreendidas pelo poder público

No que diz respeito à exigência de que o Licitante deverá apresentar, para fins de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do inciso VII do subitem 4.18.2 do Edital, esclareça-se que esse dispositivo apenas reproduz a literalidade do que dispõe a Lei nº 8.666/93 a respeito.

Naturalmente, a “Certidão Positiva com Efeitos de Negativa”, como o próprio nome indica, faz as vezes da Certidão Negativa, produzindo exatamente os mesmos efeitos para fins de participação em procedimento licitatório.

Apenas para fins didáticos, transcreve-se o aludido artigo da Lei nº 8.666/93:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

(...)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Note-se, outrossim, que o Capítulo III – Das Certidões Negativas, do Título IV do Livro Segundo do Código Tributário Nacional (CTN) cuida, em seus artigos 205 e 206, dos efeitos das certidões negativas, dispensando o mesmo tratamento dessas àquelas em que constem créditos não vencidos, que tenham sido objeto de penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa, situações que dão origem à chamada certidão positiva com efeitos de negativa.

Desnecessária, portanto, a previsão, com todas as letras, da possibilidade de apresentação de “Certidão Positiva com Efeitos de Negativa” para comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

Item 3 – Pagamento em caso de recusa do documento fiscal

Sugestão acatada. O Item 11.4 do Anexo I e a Cláusula Oitava, item 5, do Contrato passará a ter a seguinte redação:

Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a Contratante pagará o valor sobre a parte incontroversa, cabendo a Contratada a emissão de nova fatura contendo os valores que se discute devido ou não.

Item 4 – Realização do pagamento mediante fatura com código de barras

Apesar de constar no item 11.1 do Termo de Referência apenas um meio de pagamento, informo que na minuta do contrato, no item 3 da cláusula oitava, há também outro meio de pagamento, que está em conformidade com a sugestão da impugnante. Logo, torna-se desnecessário qualquer alteração. Segue o item mencionado:

3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária de crédito, ou por OB-Fatura, pelo SIAFI, **até o 15º (décimo-quinto) dia útil, contado do recebimento da nota fiscal de serviços de e-mail na Seção de Comunicações e Arquivo Administrativo.**

Item 5 – Limitação da responsabilidade da contratada aos danos diretamente causados à contratante

Entendo que não há necessidade de alteração, uma vez que no item 14 da Cláusula Segunda responsabiliza a contratada apenas nos danos devidamente comprovados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Segue o item:

14 - responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou de seus empregados, imprudência, imperícia ou negligência, quando da execução dos serviços prestados na rede externa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

Item 6 – Repasse indiscriminado de descontos

Solicitação não acatada. Entendo que não seja necessária a alteração do item impugnado, tendo em vista que é procedimento necessário a revisão do contrato. A Administração pública não pode manter contrato em condições desfavoráveis aos preços pactuados no mercado. Tal condição é necessária, inclusive, para a avaliação quando da prorrogação da vigência do contrato, que deverá demonstrar-se vantajoso economicamente. Desta forma, a exigência está de acordo com o fim e o espírito da Lei de Licitações e Contratos.

Deve-se tomar em consideração que a revisão de preços pode ser realizada tanto pela Justiça Federal, quanto pela contratada, pois a manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro não beneficia apenas a futura contratada, mas também a contratante, pelo fato que pode haver redução dos preços de mercado ou de itens que compõem o custo, não podendo a Administração, em respeito ao interesse público, abdicar do seu direito.

Nesse sentido, é o entendimento de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos. 13ª ed.):

(...) havendo deflação ou redução de custos, aplicar-se-ão os mesmos princípios e postulados em favor da Administração. Deverá promover-se a redução dos preços para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Lembre-se que o princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira se aplica não apenas a favor do particular, mas também quando a modificação ocorrida beneficiar a Administração.

É o que esclarece, ainda, o Tribunal de Contas da União - TCU:

Ainda que não houvesse a necessidade de adição de serviços não previstos inicialmente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato seria exigida, de acordo com os arts. 57, §1º, e 65, II, alínea d, da Lei nº 8666/93, também em benefício da Administração, ao se verificar a ocorrência de redução de custos da contratada. Dessa forma, ao contrário do alegado pela recorrente, o princípio da economicidade deve ser observado durante toda a execução contratual e não apenas na apreciação das propostas de preços dos licitantes." (Acórdão nº 1.062, Plenário, rel. Min. Adilson Motta).

Item 7 – Ausência de Planilha de Formação de Preços

A solicitação será acatada, a fim de facilitar a elaboração de propostas pelas empresas licitantes, bem como tornar mais objetiva a análise das planilhas de formação de preços.

Item 8 – Fixação de Prazo Insuficiente a Implantação dos Serviços

A solicitação será acatada.

Item 9 – Sobre a Portabilidade

Será incluído o seguinte item no Termo de Referência:

10.1.18 - assegurar a portabilidade dos números das linhas telefônicas da CONTRATANTE que estão em funcionamento, conforme normas já pré estabelecidas pela ANATEL.

EDUARDO RODRIGUES FERREIRA

Pregoeiro

